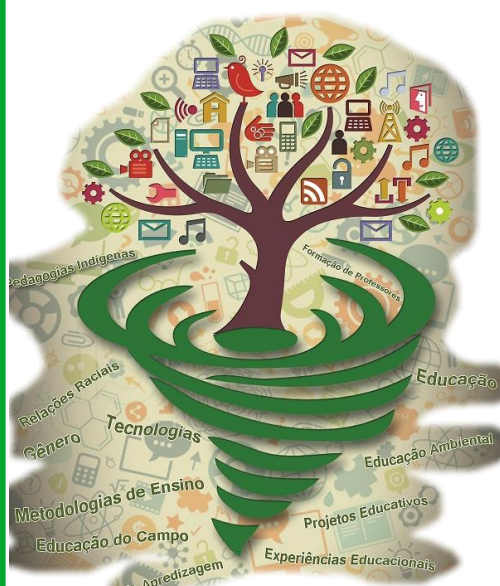


Revista de Comunicação Científica: RCC



ARTIGO

LITERATURA E EDUCAÇÃO INFANTIL: FÁBULAS E A PERSPECTIVA DA FORMAÇÃO INTEGRAL

Literature and childhood education: fables and the perspective of integral training.

Literatura y educación infantil: fábulas y la perspectiva de la formación integral.

Raiane Castro Vitor

Graduanda de Pedagogia pelo Instituto de Educação em Angra dos Reis - Universidade Federal Fluminense (IEAR/UFF)

ORCID: <https://orcid.org/0009-0005-0795-1778>

E-mail: raianevitor@id.uff.br

Janiara de Lima Medeiros

Professora de Língua Portuguesa na graduação em Pedagogia da UFF.

ORCID: <https://orcid.org/0009-0005-8610-4728>

E-mail: jlmedeiros@id.uff.br

Maria Ferreira

Doutora em Educação pela Universidade Federal de São Carlos, leciona na graduação em Pedagogia do Instituto de Educação de Angra dos Reis da Universidade Federal Fluminense – IEAR/UFF.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1357-9202>

E-mail: molferreira@id.uff.br

Como citar este artigo:

VITOR, Raiane Castro; MEDEIROS, Janiara de Lima; FERREIRA, Maria. Educação Infantil e Literatura: Por um lugar especial para as fábulas na Formação Integral. In **Revista de Comunicação Científica – RCC**, Edição Especial, Vol. 4, n. 17, pg. 163-178, 2024.

Disponível em:

<https://periodicos.unemat.br/index.php/RCC/index>

Edição Especial, Vol. 4, número 17 (2024)

ISSN 2525-670X

LITERATURA E EDUCAÇÃO INFANTIL: FÁBULAS E A PERSPECTIVA DA FORMAÇÃO INTEGRAL.

Literature and childhood education: fables and the perspective of integral training

Literatura y educación infantil: fábulas y la perspectiva de la formación integral

Resumo

Este estudo apresenta a importância da literatura no processo de formação da criança durante a Educação infantil. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica constituída de estudos de Áries, Medeiros, Montessori, Romanelli, Vygotsky, Wallon, dentre outros especialistas nos temas infâncias, formação integral e linguagens. O texto oferece uma reflexão acerca do propósito formativo do gênero fábula, após apresentar uma breve reflexão sobre a infância; aborda as políticas pedagógicas no Brasil, bem como a importância das fábulas na Educação Infantil. Como resultado, a pesquisa revela que as fábulas constituem elemento rico por sua valorização cultural e formação moral. Neste sentido, destacam-se como recurso didático-pedagógico à formação integral que, merece atenção à formação continuada de educadores para a seleção e como trabalhar com fábulas na escola.

Palavras-chave: Educação infantil; Literatura para a infância; Formação docente.

Abstract

This study presents the importance of literature in the process of child development during early childhood education. It is a bibliographic research consisting of studies by Áries, Medeiros, Montessori, Romanelli, Vygotsky, Wallon, among other experts on the themes of childhood, comprehensive education and languages. The text offers a reflection on the formative purpose of the fable genre, after presenting a brief reflection on childhood; addresses pedagogical policies in Brazil, as well as the importance of fables in Early Childhood Education. As a result, the research reveals that fables constitute a rich element due to their cultural value and moral formation. In this sense, they stand out as a didactic-pedagogical resource for comprehensive training that deserves attention to the continued training of educators for selection and how to work with fables at school

Keywords: Child education; Literature for children; Teacher training

Resumen

Este estudio presenta la importancia de la literatura en el proceso de desarrollo infantil durante la educación infantil. Se trata de una investigación bibliográfica compuesta por estudios de Aries, Medeiros, Montessori, Romanelli, Vygotsky, Wallon, entre otros especialistas en los temas de infancia, educación integral y idiomas. El texto ofrece una reflexión sobre la finalidad formativa del género fábula, luego de presentar una breve reflexión sobre la infancia; aborda las políticas pedagógicas en Brasil, así como la importancia de las fábulas en la Educación Infantil. Como resultado, la investigación revela que las fábulas constituyen un elemento rico por su valor cultural y formación moral. En este sentido, destacan como un recurso didáctico-pedagógico de formación integral que merece atención a la formación continua de los educadores para la selección y el trabajo con fábulas en la escuela.

Palabras llave: Educación Infantil; Literatura para niños; Formación docente

Introdução – uma breve reflexão sobre a infância

Refletir sobre o conceito de Infância como construção social é importante, pois permite compreender a noção dos direitos da criança na atualidade. Direitos, inclusive, definidos na formulação do texto da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para a modalidade. É importante reconhecer que a construção do conceito percorre diferentes épocas e culturas em distintos cenários social, econômico, religioso e intelectual, ou seja: quando falamos sobre as crianças, estamos nos referindo a um universo complexo e vasto. Por essa razão o conceito é utilizado no plural: *infâncias*, uma vez que as crianças não vivem sua infância de um único modo, culturas distintas e classe social a que pertencem interferem no modo de viver a infância.

As crianças compreendem o mundo de um jeito bastante próprio. Experimentam, brincam, questionam, conversam, riem, tocam os objetos, choram, inventam e aprendem a partir dessas situações. Através destas ações elas vão descobrindo o mundo e dando sentido às coisas. Ou seja, vão aprendendo a estar no mundo. O território em que habitam, os espaços e tempo nos quais convivem influenciam seu desenvolvimento. As crianças, são, portanto, protagonistas da própria história e como as experiências nunca se mostram iguais umas às outras, cada história também segue um rumo diferente.

Neste sentido é que podemos pensar na infância no plural, conforme Barbosa (2006, p. 84),

Falar de uma infância universal como unidade pode ser um equívoco ou um modo de encobrir uma realidade. Todavia uma certa universalização é necessária para que se possa enfrentar a questão e refletir sobre ela, sendo importante ter sempre presente que a infância não é singular, nem é única. A infância é plural: *infâncias*.

A infância de cada indivíduo, como apontado em diversos estudos, é uma fase crucial para o desenvolvimento humano desse indivíduo. É durante essa fase que ocorrem as primeiras experiências e vivências essas significativas e fundamentais para o desenvolvimento cognitivo, emocional e social do indivíduo.

Quando a criança nasce, o mundo para ela não é composto por objetos permanentes, as noções de tempo ou de causalidade ainda não se constituíram. Mas

é a partir desse momento que a criança começa construir e identificar a si própria e o que tem ao seu redor. Isso é o que Piaget chamava de construção mútua, Sanchis e Mahfoud (2007) em que quando a criança descobre o objeto, organiza seus esquemas motores e elabora as relações operatórias e, complementam Davis, Almeida e Ribeiro (2012), que desta maneira a criança sofre passivamente uma pressão dos fatos.

Outro pesquisador que deixou um legado importante para se entender o tema foi o Vygotsky (2001, 1998), para quem o desenvolvimento individual da criança também depende do tipo das suas interações sociais, bem como das propostas e estímulos apresentados a ela. Para ele o desenvolvimento é fruto do ambiente social e cultural em que o indivíduo está inserido. Dessa forma, falar em construção do conhecimento significa falar ao mesmo tempo em construção do sujeito que conhece e do objeto a ser conhecido. Ambos podem ser identificados como resultado de um processo de construção que é permanente.

Neste sentido, a importância do meio cultural era tão relevante na proposta de trabalho de Vygotsky quanto as relações entre indivíduos. Estes seriam, segundo o estudioso, a forma de definição do desenvolvimento da pessoa humana. Corroborando com a proposta de uma pedagogia não autoritária e não diretiva. (Medeiros, 2023b)

Pensando se então, no âmbito escolar, que é onde as crianças passam parte grande de sua infância, Wallon (1995) ressalta a importância da transformação do ambiente físico, compreendido de forma fria, em um ambiente propício para a aprendizagem, ou seja, num ambiente que se mostre acolhedor e que desperte o interesse das crianças. O meio é um importante fator do desenvolvimento sendo que o desenvolvimento não pode ser estudado fora da situação em que a criança se encontra.

As políticas pedagógicas no Brasil acerca da Educação Infantil

O primeiro grande marco da história da educação infantil brasileira, foi a constituição de 1988, que reconheceu, pela primeira vez, a creche e a pré-escola, como parte do sistema educacional no país. Assim, o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (BRASIL, 1990),

reconheceu os direitos legais das crianças e do adolescente, assegurando o direito à vida, saúde, educação, cultura, lazer, entre outros.

Em 1996, outro marco importante veio com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Lei 9395/96, BRASIL, 1996), que constitui a educação infantil como dever dos municípios e estabeleceu sub faixas sendo creches para crianças de 0 a 3 anos e pré-escolas para crianças de 4 a 6 anos. O artigo 29 da LDB estabelece que a educação infantil deve ser oferecida em creches, para crianças de zero a três anos de idade, e em pré-escolas, para crianças de quatro a cinco anos de idade. O artigo também destaca que a educação infantil tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

No entanto, vale ressaltar que a regulamentação específica para a educação infantil foi estabelecida posteriormente, em 2009, por meio da Resolução CNE/CEB nº 5 (BRASIL, 2009) Essa resolução tem como objetivo orientar a elaboração dos currículos e a organização pedagógica das instituições de educação infantil em todo o país.

A regulamentação de 2009 veio complementar e detalhar aspectos importantes da LDB relacionados à educação infantil, como os princípios pedagógicos, a formação dos profissionais, a relação entre a educação infantil e o ensino fundamental, entre outros aspectos. Ela proporcionou diretrizes mais específicas para garantir a qualidade e promover o desenvolvimento integral das crianças nessa etapa da educação.

Conforme apontam Medeiros, Silva e Santos (2020b, p. 27-43), outro documento importante é o Plano Nacional de Educação (PNE), que estabelece metas e estratégias para a educação brasileira em um período de dez anos. O primeiro PNE foi promulgado em 1962, e desde então foram elaboradas várias versões do plano ao longo dos anos.

A versão mais recente do PNE foi instituída pela Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, com vigência de 2014 a 2024. O PNE de 2014 estabelece metas e diretrizes para a melhoria da qualidade da educação em todos os níveis e modalidades, desde a educação infantil até o ensino superior. O plano aborda diversos aspectos da educação, como a valorização dos profissionais da educação, a ampliação do acesso

e da permanência na escola, a melhoria da infraestrutura educacional, a promoção da inclusão e equidade, entre outros. Cabe ressaltar que o PNE é um instrumento importante para orientar as políticas educacionais no país, no entanto, sua implementação requer o compromisso e a articulação dos diferentes entes federados (União, estados e municípios) e a mobilização da sociedade como um todo (Medeiros; Silva; Santos, 2020a.).

Uma regulamentação recente foi a definição das DCNEI (Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil) (BRASIL, 2010) que são diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) para orientar a elaboração dos currículos e a organização pedagógica da Educação Infantil no Brasil. As DCNEI foram estabelecidas por meio da Resolução CNE/CEB nº 5, de 17 de dezembro de 2009 (BRASIL, 2009). Essa resolução define as diretrizes para a organização curricular da Educação Infantil, que compreende as creches (para crianças de zero a três anos) e as pré-escolas (para crianças de quatro a cinco anos).

Em relação a esses aspectos basilares, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI) sinalizam que:

[...] o campo da Educação Infantil vive um intenso processo de revisão de concepções sobre educação de crianças em espaços coletivos, e de seleção e fortalecimento de práticas pedagógicas mediadoras de aprendizagens e do desenvolvimento das crianças. Em especial, têm se mostrado prioritárias as discussões sobre como orientar o trabalho junto às crianças de até três anos em creches e como assegurar práticas junto às crianças de quatro e cinco anos que prevejam formas de garantir a continuidade no processo de aprendizagem e desenvolvimento das crianças, sem antecipação de conteúdos que serão trabalhados no Ensino Fundamental (Brasil, 2009, p. 7).

Contudo, as creches e pré-escolas como parte do sistema de ensino, conforme determina a LDB (Lei nº 9.394/96), necessitam de Diretrizes Curriculares Nacionais para orientar suas propostas pedagógicas e suas práticas cotidianas junto às crianças. Essas Diretrizes estabelecem parâmetros básicos que articulam o processo peculiar de ensino-aprendizagem na educação infantil com as diferentes etapas da Escola Básica, vencendo a longa tradição assistencialista e escolarizante que tem marcado as creches e pré-escolas. E as primeiras Diretrizes Nacionais para a Educação Infantil foram publicadas em 1999 (Resolução CNE/CEB nº 01/99), (BRASIL, 1999).

As Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) são normas que orientam a organização curricular dos diferentes níveis e modalidades de ensino. Elas foram estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) e abrangem desde a Educação Infantil até o Ensino Superior. Programas e políticas educacionais: Ao longo dos anos, foram implementados diversos programas e políticas educacionais, como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), o Programa Universidade para Todos (ProUni), entre outros. Essas iniciativas visam ampliar o acesso, promover a qualidade e reduzir as desigualdades no sistema educacional.

Sendo assim, a educação infantil passa a ser reconhecida como a primeira etapa da educação básica, tendo como seu principal objetivo fazer com que a criança se desenvolva integralmente no seu físico, psicológico, intelectual e social, portanto, se torna um direito da criança e dever do estado e da família. A partir daí, tanto à creche quanto à pré-escola são incluídas na política educacional, seguindo uma concepção pedagógica, complementando a ação familiar, e não mais assistencialista.

As leis e as políticas educacionais que hoje regem a educação são fundamentais para entender como se desenvolveu a educação no Brasil. É importante observar que a legislação traz especificados os deveres e direitos tanto das escolas, como dos funcionários e alunos. No caso do ensino infantil, a ênfase é estimular as diferentes áreas de desenvolvimento da criança, para prepará-la em todos os seus processos formativos complementando as ações da família e da comunidade.

Iniciando, cada vez mais cedo o ciclo escolar, a criança é inserida no segundo meio social que é a escola e este espaço contribuirá na formação da personalidade deste indivíduo. Procurando refletir sobre os fundamentos teóricos que nos permitem perceber como o trabalho pedagógico intervém na formação das capacidades especificamente humanas em cada criança.

Considerando a diversidade das infâncias brasileiras, ocorre a necessidade de que as propostas pedagógicas estejam organicamente articuladas com a comunidade e grupo cultural das crianças. Destaca-se, nesse sentido, o diálogo que pela primeira vez é estabelecido na legislação nacional entre a Educação Infantil e a Educação do Campo, definindo diretrizes para a educação infantil das crianças dos territórios rurais (filhas de agricultores familiares, extrativistas, pescadores artesanais, assentados e

acampados da reforma agrária, quilombolas, caiçaras, povos da floresta, os povos do campo, populações ribeirinhas, indígenas, etc.).

As DCNEIs estabelecem que cada unidade deve construir sua proposta pedagógica, num processo de autoria e participação da comunidade, considerando uma ampla possibilidade de práticas cotidianas de trabalho de educar e cuidar das crianças desde que elas sejam organizadas de acordo com os princípios: a) Éticos da autonomia, da responsabilidade, da solidariedade e do respeito ao bem comum, ao meio ambiente e às diferentes culturas, identidades e singularidades; b) Políticos dos direitos de cidadania, do exercício da criticidade e do respeito à ordem democrática; c) Estéticos da sensibilidade, da criatividade, da ludicidade e da liberdade de expressão nas diferentes manifestações artísticas e culturais.

De acordo com Medeiros, (2023a, p. 15-32), a atualidade da educação brasileira se constitui numa agenda de discussão que Pestalozzi (1993) já apresentava e é ainda tão contemporânea: o desafio da formação escolar por uma escola pública, democrática, inclusiva e acessível a todos.

É fundamental que educadores conheçam as políticas públicas educacionais para que saibam como agir e de que forma podem interferir à evolução de estudos e práticas que propiciem o desenvolvimento da educação brasileira de qualidade e acessível a todos.

A importância das fábulas na Educação Infantil

Ultimamente, observa-se que a leitura vem sendo vista como uma importante base na formação do indivíduo como ser social. Há também um destaque para a importância da presença da literatura e da leitura na educação das crianças, tendo em vista que nessa fase a criança está desenvolvendo suas inúmeras capacidades e habilidades, construindo novos saberes e conhecimentos, além da definição de valores para a vida.

Assim, no ambiente escolar, a leitura se transformou uma valiosa ferramenta para o aprendizado do indivíduo, por lhe permitir vivenciar diversas situações, onde ocorram a interação e a socialização. Corroborando com Carvalho (2013, p. 197), é

necessário, portanto, estimular na criança, o gosto e o prazer pela leitura de preferência a partir dos dois anos de idade:

Interessante aos olhos da criança, como uma fonte de surpresas e descobertas. Como já foi dito, é a partir dos dois anos de idade que se deve iniciar o contato da criança com o livro, pois é nessa fase que ela começa a desenvolver o jogo simbólico da linguagem. Para ela não é a narrativa que vai importar, mas sim, “o livro como objeto visual, o brinquedo-livro: forma, cor, ilustrações e letras Que dizem alguma coisa.

Portanto o primeiro meio de inserção da criança na educação básica nos primeiros anos de vida na educação acontece através das historinhas. Assim, as fábulas podem ser um importante aliado, tanto para o trabalho pedagógico com a língua oral, a leitura e a língua escrita, transmitindo também conhecimentos de princípios e valores como a ética e a moral.

Sendo a escola o lugar de mediação do conhecimento sistemático e científico, convém-lhe levar o aluno a ser também responsável pela formação do seu caráter e personalidade. A partir desse entendimento acredita-se que a educação possa contribuir formando o aluno um ser pensante que tenha opiniões próprias, responsabilidades, honestidade e respeito para com o outro. Os valores a serem trabalhados devem ser projetados numa perspectiva transformadora, na qual a mentalidade crítica e o pensamento livre de preconceitos sejam observados. Cabe salientar que tudo que é transferido à criança é absorvido de forma natural e o gênero de narração, fábula pode transferir qualquer tipo de conhecimento de diferentes maneiras.

Macedo e Medeiros (2024) apontam que a importância da relação professor-aluno e a inteligência socioemocional. Neste sentido, destacam que a afetividade é expressa naquilo que vivenciamos e envolve a questão de como vamos lidar com determinadas situações. É nessa perspectiva que a autora procura estabelecer uma concepção referente a afetividade pautada na ideia de que o afeto é orgânico, e assim, algo advindo da sua essência como ser humano. A pedagogia afetiva deve ganhar vida na sala de aula, para existirem com maior frequência, o toque, o sorriso, a conversa, o entendimento, o perdão e as descobertas num vigoroso manancial de



afeto, onde recebe e se estimula o respeito e se aprende, na prática a envolver-se e compartilhar o maior.

Compreender que fábula, se utilizada com um propósito formativo, ajuda a refletir sobre os costumes e comportamento de outras culturas situadas em outros tempos e ainda possibilita formar cidadãos leitores com uma visão crítica, que possa transformar o mundo na construção de novos conhecimentos na sua vida social. Esta visão de formação é defendida por Medeiros (2019) ao ratificar a importância da formação social tão, se não, mais do que a formação escolar para o trabalho. A autora dialoga apresentando argumentos acerca do princípio educativo do trabalho à educação emancipatória, libertadora, crítica, para a vida.

Resultados da pesquisa: fábulas como elemento de valorização cultural e formação moral

Grandes pensadores da história e educadores brasileiros elogiam as fábulas por sua capacidade de ensinar lições e transmitir ideias de forma acessível, indireta e atraente. Considera-se então, as fábulas uma forma valiosa de literatura que pode ser usada para educar, entreter e inspirar pessoas de todas as idades.

Portanto, se dá a importância de refletir sobre o uso do gênero de forma educacional, valorizando seus sentidos culturais no momento da contação de história, analisando a construção de postura, de respeito e de convivência. O discurso construído pelas crianças através da escuta das fábulas, contribui para observarmos as possibilidades de compreensão de identidade social, relacionada com o contexto dessas histórias, trabalhando de maneira em que a criança ao se deparar com a história contada, confronte a interpretação da “moral”. Trabalhar o gênero de maneira que ocorra uma interpretação crítica feita pelas crianças ao se deparar com a leitura de fábulas, seria uma maneira de desconstruir a ideia unilateral do contexto dessas histórias.

A abordagem das fábulas na literatura, sua inserção e a apresentação para o leitor como instrumento de construção do senso moral e do pensamento crítico,

mostra-se como um auxílio no desenvolvimento de uma percepção das questões sociais, auxiliando na formação de seu caráter e trazendo implicações éticas, visto que elas apresentam elementos instigantes para provocar reflexões e discussões significativas.

Diante disso, deposita-se nas fábulas a grande responsabilidade de formar o indivíduo para praticar o bem, educando-o com um olhar para o futuro, na busca por uma sociedade cada vez melhor e mais aperfeiçoada. No entanto, é comum que as fábulas sejam alvo de críticas no âmbito educacional, surgindo questionamentos sobre sua simplicidade, moralismo excessivo e estereotipização dos personagens, entre outros aspectos. Por outro lado, há defensores das fábulas que enxergam nelas uma forma didática e eficaz de ensinar valores e comportamentos às crianças. Através das fábulas o professor é capaz de conduzir as crianças, na primeira infância, à compreensão leitora na Educação Infantil, a partir da escuta ativa, e à formação leitora crítica, nos anos seguintes.

O Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil – RCNEI (Brasil, 1998) é um documento constituído por um conjunto de referências e orientações pedagógicas que visam promover e ampliar a base de apoio ao exercício da cidadania às crianças brasileiras. O documento apresenta a literatura como uma das atividades fundamentais no processo de aprendizagem e desenvolvimento da criança. O mesmo relata que:

A educação infantil, ao promover experiências significativas de aprendizagem da língua, por meio de um trabalho com a linguagem oral e escrita, se constitui em um dos espaços de ampliação das capacidades de comunicação e expressão e de acesso ao mundo letrado pelas crianças. Essa ampliação está relacionada ao desenvolvimento gradativo das capacidades associadas às quatro competências linguísticas básicas: falar, escutar, ler e escrever. (Brasil, 1998, p.117).

A literatura, conforme a reflexão aqui desenvolvida, é uma das ferramentas fundamentais para o desenvolvimento da identidade e da autonomia da criança. E é pertinente que o professor introduza na sua prática pedagógica a literatura desde os anos iniciais e que a mesma disponha de informação que venha a contribuir para o

desenvolvimento da criança, estimulando a buscar diferentes caminhos para as resoluções de problemas.

Fábulas como recurso didático-pedagógico

É interessante que o professor traga para sala de aula textos que trabalhem em cima do cotidiano vivido pelas crianças, faça leitura oral com os alunos e proponha discussões sobre os temas. Por ser um texto curto, e possuir uma linguagem de fácil entendimento, a fábula chama a atenção.

A proposta do trabalhado com o gênero não é explicitar o que é certo fazer, o que é mau ou bom, o que é pior ou melhor, mas sim apresentar valores de maneira lúdica e descontraída, permitindo que o leitor busque sozinho o caminho correto, ou seja, forme por si só sua capacidade de discernir entre o certo e o errado.

É fundamental destacar que esta análise dentro da perspectiva altruísta das fábulas também pode ser utilizada como ferramenta de poder por meio do discurso. De acordo com Bakhtin (2016), todas ações humanas ocorrem por meio da linguagem e sua forma de enunciados direcionam os sentidos. Assim, palavra, como todo signo ideológico não só reflete a realidade, mas também a refrata na comunicação social viva. (Volóchinov, 2019, p. 320). Por exemplo, em A cigarra e a formiga, La Fontaine, tem-se como moral “Trabalha, pensa no futuro e não penses só em divertir-se”. Monteiro Lobato reestrutura a narrativa fabular de La Fontaine e produz as histórias da “formiga boa” e da “formiga má” incorporadas numa só narrativa (A cigarra e as formiga). Em sua construção é possível observar a orientação à conduta social e, em seguida, aborda um novo olhar para o trabalho e para a arte.

Este breve parágrafo visa preparar o educador à seleção de fábulas e a forma como conduzi-las no ambiente escolar. Desta forma é preciso pensar em estratégias em prol da leitura e de formação de leitores na educação infantil, no entanto de forma amadurecida quanto aos “encantamentos” que as diversas propostas do capital oferecem. O preparo para esta formação crítica é decorrente de uma formação de professores continuada. É o que Lages, Maciel e Valadares (2021) discorrem acerca

da A questão da importância da formação docente e formação de leitores na educação infantil: experiências, estratégias, ações e desafios. O assunto argumentado pelas autoras é objeto de discussão latente e merece um estudo aprofundado noutra oportunidade.

No entanto, cabe aqui destacar que cada pensador, filósofo, e formador de opinião do seu tempo expressava (e expressam) de maneiras diferentes suas concepções de mundo.

Considerações Finais

No universo da literatura para a infância destacam-se as fábulas, desde as clássicas (nas quais os animais entram em cena para falar e agir como homens em suas manifestações negativas ou má conduta; consideradas recreativas, didáticas e formadoras do caráter infantil) às modernas (com aspecto psicopedagógico, animais simpáticos e desempenho comprometido com uma crítica construtiva e moderna que resgata a maneira de narrar), todas buscam contribuir à formação humana desde a infância.

Como uma das mais antigas formas de narrativas, a fábula, para Aristóteles, baseava-se no exemplo. Servindo-se de uma indução oratória, constitui-se em um meio para persuadir, por ser acessível aos sentidos e ao alcance das pessoas que têm pouca instrução. Por isso, são muito úteis no ensino e aprendizagem de uma faixa etária, na qual as crianças ainda não sejam capazes de trabalhar com a abstração.

Considerando que a educação acontece em diversos contextos e momentos, torna-se necessária a compreensão do que foi/é a infância e quais transformações políticas e pedagógicas fizeram parte desse processo. Dessa forma, também foi possível aferir ao gênero a riqueza da compreensão que ele apresenta para o processo de ensino aprendizagem, quando trabalhada de maneira prazerosa, buscando abrir novos horizontes e desenvolvendo a construção de sentidos.

Contudo, é fundamental a atenção do educador à seleção de fábulas e a forma em como vai conduzi-las no ambiente escolar. É preciso pensar em estratégias em



prol da leitura e de formação de leitores na educação infantil, no entanto de maneira amadurecida quanto aos “encantamentos” que as diversas propostas de leitura que o Capital oferece. O preparo para esta formação crítica é decorrente de uma formação de professores continuada e da formação de leitores na educação infantil: experiências, estratégias, ações e desafios. Tal é objeto de pesquisas e discussão latente e merece uma análise aprofundada noutra oportunidade.

No entanto, cabe aqui destacar que cada pensador, filósofo, e formador de opinião do seu tempo expressava (e expressam) de maneiras diferentes suas concepções de mundo. Essa é a riqueza que se atribui às fábulas na perspectiva da educação infantil à formação humana integral.

Referências

ARIES, Philippe. **História Social da criança e da família**. Tradução de Dora Flaksman. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

BARBOSA, M. C. S. **Por amor e por força: rotinas na educação infantil**. Porto Alegre: Artmed, 2006.

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Editora 34, 2017.

BAKHTIN, Mikhail. **Os Gêneros do Discurso**. São Paulo: Editora 34, 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular – BNCC**, 2018. Disponível em <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/>. Acesso em: setembro de 2013

BRASIL. **Resolução CNE/CEB nº 5, de 17 de dezembro de 2009**. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Disponível em http://www.crmariocovas.sp.gov.br/Downloads/ccs/concurso_2013/PDFs/resol_federal_5_09.pdf. Acesso em: janeiro de 2024

BRASIL. **Resolução CEB Nº 1, de 7 de abril de 1999**. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Disponível em

http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/resolucao_ceb_0199.pdf. Acesso em: janeiro de 2024

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, LDB. Lei de 20 de dezembro de 1996. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: setembro de 2023

BRASIL. **Referencial curricular nacional para a educação infantil – RCNEI**. Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. — Brasília: MEC/SEF, 1998. 3v.: il. Disponível em http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/rcnei_vol1.pdf. Acesso em: janeiro de 2023

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA**: Lei federal nº 8069, de 13 de julho de 1990. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 2002. BRASIL. Disponível em <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/crianca-e-adolescente/publicacoes/o-estatuto-da-crianca-e-do-adolescente>. Acesso em: janeiro de 2024

CARVALHO, L. D. **Educação (em tempo) integral na infância**: ser aluno e ser criança em um território de vulnerabilidade. Tese de Doutorado. Faculdade de Educação da UFMG. Belo Horizonte, 2013

LA FONTAINE, Jean de, 1621-1695. **Fábulas**: antologia. 4. ed. - São Paulo: Martin Claret, 2012. - (Coleção a obra-prima de cada autor; 200).

LAGES, Rita Cristina Lima; MACIEL, Paola Damaceno; VALADARES, Joziane de Fátima. **Formação docente e formação de leitores na educação infantil**: experiências, estratégias, ações e desafios. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, v. 26, p. 1-19, 2021. Acesso em: 29 ago. 2023.

LOBATO, José Bento Monteiro. **Fábulas e histórias diversas**. 16.ed. São Paulo: Brasiliense, 1970.

MACEDO, Lucas dos Santos; MEDEIROS, Janiara de Lima. A relação professor-aluno e a inteligência socioemocional. *In* **Revista de Comunicação Científica - RCC**, 2024. Disponível em <https://periodicos.unemat.br/i> Acesso em janeiro de 2024.

MEDEIROS, Janiara de Lima. Transformações sociais e a carga das experiências concretas. *In* KOCHHANN, A.; SOUZA, J. O.. (Org.). **Reflexões teóricas**: o Ensino e a Educação. 1ed.Campina Grande: Licuri, 2023a, p. 123-136.



MEDEIROS, Janiara de Lima. **O desafio da educação brasileira**: por uma escola pública, democrática, inclusiva e acessível a todos. In KOCHHANN, A.; SOUZA, J. O.. (Org.). Reflexões teóricas sobre o Ensino e a Educação. 1ed.Campina Grande: Licuri, 2023b, p. 15-32.

MEDEIROS, Janiara de Lima. **Formação para o Trabalho x Formação para a Vida**: Do princípio educativo do trabalho à educação emancipatória. Alemanha: NEA - Novas Edições Acadêmicas, 2019.

MEDEIROS, J. L.; SILVA, M. ; SANTOS, S. M. D. . Política, democracia e educação no Brasil: Uma breve análise à luz do caderno 13 de Gramsci. **REVISTA VIRTUAL EN_FIL - ENCONTROS COM A FILOSOFIA**, v. 10, p. 1-21, 2020a.

MEDEIROS, J. L.; SILVA, M. ; SANTOS, S. M. D. . **O Plano Nacional de Educação (PNE) e a busca pela equidade educacional**. In VII Congresso Nacional de Educação - CONEDU, 2020b, Paraíba. Anais do VII CONEDU. Campina Grande - PB: Realize, 2020b. v. 7. p. 1-400.

MONTSSORI, Maria. **Manual práctico del método Montessori**. Barcelona: Casa Editorial Araluce, 1939.

MONTSSORI, Maria. **A descoberta da criança**: Pedagogia científica. Tradução de Aury Brunetti. Campinas: Kíron, 2017.

PESTALOZZI, Johann Heinrich. **O pedagogo práctico e seu método em perene construção**. Tradução de José Carlos Libâneo. São Paulo: Ática, 1983.

ROMANELLI, Otaíza O. **História da Educação no Brasil (1930-1973)**. Petrópolis: Vozes, 1997.

VIGOTSKY, Lev Semenovich; LURIA, Alexander Romanovich; LEONTIEV, Alexis N. **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem**. 9.ed. São Paulo: Ícone, 2001.

VIGOTSKY, Lev Semenovich. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1998

Revista de Comunicação Científica: RCC

VOLÓCHINOV, V. **A palavra na vida e a palavra na poesia**. São Paulo: Editora 34, 2019.

WALLON, Henri. **Psicologia e Educação na infância**. Lisboa: Estampa, 1975.

Recebido: 18/08/2024

Aprovado: 26/10/2024

Publicado: 20/12/2024

